

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.538 - SP (2018/0220915-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : MARIO JORGE ARRUDA  
**AGRAVANTE** : ULYSSES GERALDO ARRUDA  
**AGRAVANTE** : EMMA FANNY GIANI ARRUDA  
**ADVOGADO** : JOSÉ EDUARDO SUPPIONI DE AGUIRRE E OUTRO(S) - SP018357  
**AGRAVADO** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADA** : NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU E OUTRO(S) - SP217897

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MÁRIO JORGE ARRUDA e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"COISA JULGADA Limites objetivos Questão relativa a encargos incidentes durante a mora abrangida por julgamento de improcedência a embargos à execução Extinção sem resolução do mérito de ação declaratória Inteligência do disposto no art. 508 do Cód. de Proc. Civil Decisão que negou provimento a apelação mantida Agravo regimental improvido" (fl. 170, e-STJ).*

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 183, e-STJ).

No recurso especial, os recorrentes alegam que houve violação dos arts. 141, 494, I, 503 e 1022, II e III, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentam que:

- a) o julgamento de origem foi *infra petita*, pois não analisou corretamente os juros moratórios, e
- b) o erro material não é afetado pela coisa julgada.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 219-227 (e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, quanto à apontada afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, nota-se que os recorrentes trazem somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, não especificando qual a omissão do julgado impugnado e sua importância no desate da controvérsia.

Assim, estando deficiente a fundamentação recursal, não há como conhecer da insurgência no tocante ao referido dispositivo legal, com base na Súmula nº 284/STF, aplicada por analogia.

Nesse sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. SUPOSTA AFRONTA AO ART. 1022 DO CPC/2015. SÚMULA 284/STF. REVISÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INOBSERVÂNCIA DE DISPOSITIVOS DO CPC/2015 E DO CÓDIGO CIVIL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. LEI N. 8.666/1993. SÚMULA 5/STJ. ÔNUS DA DIALETICIDADE DESCUMPRIDO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. A apontada violação ao art. 535 do CPC/1973 (atual 1022 do CPC/2015) não foi suficientemente comprovada, vez que as alegações que fundamentam a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos em que efetivamente houve omissão, contradição ou obscuridade ou sobre os quais tenha ocorrido erro material. Incidência da Súmula 284/STF.*

*2. A revisão percentual de honorários advocatícios não é possível em sede especial porquanto implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ, salvo para rever a fixação de verba honorária em valor irrisório ou excessivo.*

*3. O recurso especial não é, em razão das Súmulas 7 e 5/STJ, via processual adequada para questionar julgado que se afirmou explicitamente em contexto fático-probatório próprio da causa, tampouco de interpretação de cláusulas contratuais.*

*4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.218.320/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/6/2018, DJe 20/6/2018).*

Ademais, quanto à ocorrência de erro material em relação aos juros de mora, o tribunal estadual afirmou:

*"(...)*

*Ao contrário do que entendem os agravantes, a questão relativa a encargos incidentes durante a mora está abrangida por julgamento de improcedência a embargos à execução, de modo que acertou o Magistrado de Primeiro Grau ao julgar extinta, sem resolução do mérito, esta 'ação declaratória'" (fl. 170, e-STJ).*

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Por fim, é forçoso reconhecer que o conteúdo normativo dos demais artigos tidos como violados não foi prequestionado pelo tribunal local, mesmo depois de opostos os embargos declaratórios, de modo que incide, na espécie, a Súmula nº 211/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator

